



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE Informe

Nº 67 – Novembro 2013

Bolsa Família e o Comportamento no Mercado de Trabalho Cearense.

Análise das mudanças na composição da renda no período 2006-2012

ipece INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Régis Façanha Dantas – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 67 - novembro de 2013

Elaboração

Carlos Alberto Manso

Vitor Hugo Miro Couto Silva

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Nesta edição do IPECE Informe empregam-se os dados referentes à renda familiar per capita e de seus componentes coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para analisar mudança na composição da renda dos cearenses no período 2006-2012.

Os resultados mostram um aumento significativo da participação relativa dos rendimentos que não são advindos das atividades de trabalho, principalmente entre os décimos mais pobres da distribuição da renda. Grande parte desse aumento nos rendimentos é proveniente de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, que respondiam por quase 70% da renda do décimo mais pobre da população em 2012.

Sob esse fenômeno, indicadores do mercado de trabalho foram analisados com o intuito de compreender melhor essa dinâmica. E mostram que nos décimos de renda mais baixa um aumento na renda pode ter reflexo sobre a oferta de trabalho dos indivíduos.

1. INTRODUÇÃO

A composição da renda familiar *per capita* é um aspecto importante para a compreensão da dinâmica da renda. Entender esses aspectos, por sua vez, auxilia na compreensão das mudanças nos indicadores de bem-estar de uma sociedade, especialmente os de pobreza e de desigualdade, e podem fornecer informações interessantes para a avaliação de políticas econômicas e sociais.

Essa análise também permite outros desdobramentos especialmente os relacionados às fontes dos rendimentos. Entre estes, podemos citar aqueles relacionados aos indicadores de mercado de trabalho. Em geral, os rendimentos dessa atividade representam o principal componente da renda dos indivíduos sendo também muito importante para sua dinâmica. Mas evidentemente esse comportamento não é idêntico e nem tem o mesmo peso para todos os estratos econômicos identificados na população. Entre os indivíduos mais ricos, as atividades do trabalho são responsáveis por mais de 70% da composição da renda enquanto que entre os mais pobres, essa participação é muito menor, em detrimento de outras fontes como as transferências monetárias realizadas por programas sociais.

No Brasil, o estabelecimento e a expansão do Programa Bolsa Família, nos últimos anos, promoveu uma mudança significativa na dinâmica da distribuição da renda e redução da pobreza em todo território nacional, especialmente nos Estados mais pobres da federação. Além do que, as transferências sociais passaram a ter uma maior participação na renda das famílias mais pobres, tendo reduzido instantaneamente a importância de outras fontes, como é o caso dos rendimentos do trabalho. Além desse fato, as valorizações contínuas do salário mínimo nos últimos anos e o peso das aposentadorias contribuíram para essa dinâmica.

Com base nessa ideia, o objetivo da análise apresentada nesta edição do IPECE Informe é apresentar evidências sobre a relação entre a participação das transferências na renda dos cearenses e o comportamento dessa população em relação ao mercado de trabalho. Para isso empregam-se os dados referentes à renda familiar *per capita* e de seus componentes coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada e disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise

considera o Estado do Ceará avaliado no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012.

Na composição da renda foram considerados rendimentos provenientes do trabalho e de outras fontes das quais foram consideradas nos seguintes agrupamentos: aluguéis e doações, aposentadorias e pensões, e transferências de programas sociais e aplicações financeiras. Na avaliação do comportamento em relação ao mercado de trabalho, foram utilizados indicadores relacionados a taxas de ocupação e participação, remuneração/hora e horas semanais de trabalho.

Para verificar essas relações entre os diferentes estratos econômicos da população cearense, os indivíduos foram considerados em termos dos décimos da distribuição da renda. Essa estratificação é oportuna nesse caso, pois como será mostrado ao longo do texto, a composição da renda e o comportamento dos indivíduos em relação ao mercado de trabalho são bastante distintos sob esse aspecto na medida em que apresentam respostas distintas aos incentivos econômicos.

É importante ressaltar que os valores do componente da renda dado pelas transferências advindas dos programas sociais e aplicações financeiras entre os décimos na base da distribuição da renda, podem ser interpretados como sendo basicamente rendimentos provenientes do Programa Bolsa Família. Essa é uma das premissas principais que guiam as interpretações dessa análise, como veremos a seguir.

2. Mudança na renda e na sua composição

Entre 2006 e 2012, a renda familiar *per capita* cearense cresceu 42,2% em termos reais. Trata-se de um avanço significativo que potencializa efeitos positivos em termos de redução de pobreza e da desigualdade de renda, além da ampliação do mercado consumidor. Esse potencial, no entanto, só se concretiza quando os rendimentos das classes que concentram a menor proporção da renda agregada são os maiores beneficiários desse crescimento. Nessa perspectiva, as Tabelas 1 e 2, a seguir, mostram a composição da renda entre os diferentes décimos da distribuição, para os anos de 2006 e 2012 respectivamente.

Em 2006, o décimo mais pobre da população detinha apenas 0,72% da renda agregada. Nesse grupo, a renda do trabalho representava 47,8% dos rendimentos auferidos. Já sob a

vigência do Programa Bolsa Família, o componente referido como rendimentos de transferências representava pouco mais de 47% da renda das pessoas nessa condição.

Nesse mesmo ano, o décimo mais rico concentrava 44,24% da renda total. A participação da renda proveniente do trabalho nos rendimentos totais era superior a 70%. Nas camadas mais ricas, as transferências perdem importância significativa e passam a representar rendimentos auferidos em aplicações financeiras, que são contabilizados pela pesquisa no IBGE na mesma rubrica.

Tabela 1: Rendimentos por Décimos da População - CEARÁ, 2006.

Décimos	Renda per capita (R\$) (1)	% da Renda Total	Participações (%) das Fontes de Renda			
			Trabalho	Não-Trabalho		
				alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)
1 (10% mais pobres)	26,92	0,72%	47,79%	3,18%	1,77%	47,26%
2	71,80	1,92%	68,60%	3,42%	4,06%	23,93%
3	110,31	2,95%	71,58%	2,55%	10,10%	15,77%
4	148,22	3,96%	74,16%	1,68%	12,20%	11,96%
5	188,66	5,04%	74,20%	1,13%	15,67%	9,00%
6	241,30	6,45%	67,26%	1,06%	24,10%	7,59%
7	310,55	8,30%	66,71%	1,10%	26,29%	5,90%
8	413,33	11,05%	67,23%	1,08%	27,72%	3,97%
9	570,83	15,26%	64,88%	1,57%	30,98%	2,57%
10 (10% mais ricos)	1.655,33	44,24%	74,88%	2,20%	22,22%	0,70%
Todas as Famílias	374,17	100,00%	70,88%	1,78%	23,03%	4,31%

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Renda avaliada em reais de setembro de 2012, deflacionada pelo INPC.

(2) Renda proveniente de aluguéis e doações de terceiros.

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões.

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

Em 2012, a parcela que compõe o grupo mais pobre da população detinha apenas 0,88% da renda total. Os rendimentos provenientes da atividade de trabalho perderam participação na composição da renda enquanto que os Programas Sociais passaram a prover a maior parcela, quase 70%.

Nesse último ano considerado, a participação dos rendimentos do trabalho nos décimos mais elevados se manteve elevada, mas perdeu importância relativa entre 2006 e 2012, com exceção das pessoas que se classificavam nos 6º e 9º décimos da distribuição de renda.

Esses dados mostram a grande desigualdade existente entre esses estratos de renda. Em 2006, a renda per capita entre os 10% mais pobres essa era de R\$26,92, enquanto que para o grupo dos 10% mais ricos era de R\$1.655,33. Isso mostra que a renda média dos 10%

mais ricos representa 61 vezes a renda média dos 10% mais pobres. Condizente com a trajetória de redução da desigualdade, em 2012 a renda média do décimo mais rico (R\$2.245,01) representa aproximadamente 48 vezes a renda média do décimo mais pobre (R\$47,07).

Tabela 2: Rendimentos por Décimos da População - CEARÁ, 2012.

Décimos	Renda <i>per capita</i> (R\$) (1)	% da Renda Total	Participações (%) das Fontes de Renda			
			Trabalho	Não-Trabalho		
				alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)
1 (10% mais pobres)	47,07	0,88%	26,35%	1,40%	2,68%	69,57%
2	114,86	2,16%	55,15%	1,79%	5,03%	38,03%
3	177,89	3,34%	68,82%	1,32%	9,80%	20,06%
4	230,92	4,34%	66,71%	1,08%	17,35%	14,87%
5	293,41	5,51%	63,56%	0,72%	24,22%	11,50%
6	365,07	6,86%	68,89%	0,71%	22,25%	8,15%
7	459,94	8,64%	64,51%	0,85%	28,16%	6,48%
8	596,85	11,22%	50,35%	0,55%	42,94%	6,16%
9	789,47	14,84%	72,64%	1,12%	23,83%	2,41%
10 (10% mais ricos)	2.245,01	42,20%	74,42%	2,21%	22,79%	0,58%
Todas as Famílias	532,08	100,00%	68,26%	1,46%	24,48%	5,80%

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Renda avaliada em reais de setembro de 2012, deflacionada pelo INPC.

(2) Renda proveniente de aluguéis e doações de terceiros.

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões.

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

A Tabela 3 mostra as variações percentuais da renda e de seus componentes nesse período. Pode-se constatar que em termos relativos, os rendimentos do trabalho perderam participação na composição da renda com uma redução de aproximadamente 3,7% no período. Essa redução foi significativa nos estratos de baixa renda, sendo a maior redução de quase 45% entre os 10% mais pobres.

Os dados mostram que, mesmo em alguns grupos na parte superior da distribuição da renda, essa redução na participação relativa do trabalho como fonte de renda foi notada, como é o caso do 8º décimo da distribuição de renda. Os rendimentos provenientes das outras fontes, que inclui os rendimentos transferidos pelo Programa Bolsa Família ganharam importância aumentando a sua participação relativa em 47,2% no período considerado.

Os rendimentos de aposentadorias e pensões também apresentaram um crescimento bastante significativo em alguns estratos da distribuição da renda, o que pode refletir diretamente a política de concessão de benefícios e a dinâmica demográfica do período.

Tabela 3: Rendimentos por Décimos da População - CEARÁ, Variações (%), de 2006 a 2012.

Décimos	Renda per capita (R\$) (1)	% da Renda Total	Participações (%) das Fontes de Renda			
			Trabalho	Não-Trabalho		
				alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)
1 (10% mais pobres)	74,89%	22,99%	-44,86%	-55,96%	50,81%	47,22%
2	59,97%	12,49%	-19,60%	-47,80%	23,98%	58,95%
3	61,26%	13,45%	-3,85%	-48,24%	-3,00%	27,19%
4	55,80%	9,54%	-10,05%	-35,80%	42,20%	24,26%
5	55,52%	9,39%	-14,34%	-36,13%	54,51%	27,88%
6	51,29%	6,33%	2,42%	-32,88%	-7,67%	7,46%
7	48,11%	4,18%	-3,30%	-22,52%	7,12%	9,75%
8	44,40%	1,54%	-25,11%	-49,38%	54,93%	55,01%
9	38,30%	-2,74%	11,95%	-28,94%	-23,06%	-6,10%
10 (10% mais ricos)	35,62%	-4,61%	-0,62%	0,38%	2,57%	-16,71%
Todas as Famílias	42,20%	-	-3,69%	-17,76%	6,27%	34,57%

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Renda avaliada em reais de setembro de 2012, deflacionada pelo INPC.

(2) Renda proveniente de aluguéis e doações de terceiros.

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões.

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

Complementando as informações anteriores, sobre a mudança na composição da renda dos cearenses, a Tabela 4 apresenta o crescimento real dos rendimentos provenientes de cada uma das fontes nesse período. Todos eles apresentaram um crescimento significativo, mas a evolução dos programas sociais é novamente o grande destaque com um aumento superior a 90% entre 2006 e 2012.

Tabela 4: Evolução dos Rendimentos Pessoais - Valores por habitante, CEARÁ, 2006 a 2012.

Anos	Renda Todas as Fontes (R\$) (1)	Rendimentos por Fontes (1)			
		Trabalho	Não-Trabalho		
			alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)
2006	374,17	265,19	6,66	86,19	16,13
2007	389,28	272,27	5,34	95,57	16,10
2008	437,14	309,24	9,48	101,18	17,23
2009	456,59	323,44	7,56	106,34	19,25
2011	491,73	346,15	3,69	119,84	22,05
2012	532,08	363,18	7,79	130,25	30,86
(2006 - 2012) %	42,20%	36,95%	16,95%	51,12%	91,37%

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Rendas avaliadas em reais de setembro de 2012, deflacionadas pelo INPC.

(2) Renda proveniente de aluguéis e doações de terceiros

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

3. Dinâmica recente do mercado de trabalho por décimos da distribuição de renda.

As informações da seção anterior mostram que nas camadas de renda mais baixa houve um crescimento da participação relativa de rendimentos que não provem de atividades de trabalho. Esse fato conduz a alguns questionamentos a respeito dos efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho por parte das famílias beneficiadas.

A presença de outros rendimentos e os incentivos gerados por ele sobre a oferta de trabalho são conhecidos no campo de estudos da economia do trabalho. Por isso, uma análise um pouco mais rigorosa empregando indicadores clássicos sobre o mercado de trabalho permitem algumas informações adicionais. As Tabelas 5 e 6 que se seguem apresentam, além dos rendimentos *per capita* discriminados de acordo com os décimos da distribuição de renda, indicadores como as taxas de ocupação e participação, a remuneração/hora e as horas trabalhadas por semana [veja o quadro metodológico a seguir].

Decompondo os rendimentos do trabalho *per capita*

Kakwani, Neri e Son (2006)¹ empregaram indicadores do mercado de trabalho para relacionar variáveis comportamentais dos trabalhadores com medidas de crescimento pró-pobre. Os indicadores do mercado de trabalho eram: rendimentos per capita, taxas de ocupação e participação, a remuneração/hora e a média de horas trabalhadas por trabalhador em sua jornada de trabalho. Os autores relacionam essas variáveis da seguinte forma tautológica:

$$\frac{ren.trab}{pop} = \frac{ocup}{PEA} \times \frac{PEA}{pop} \times \frac{hora}{ocup} \times \frac{ren.trab}{hora}$$

Os rendimentos per capita [*ren.trab*] são obtidos pela razão entre a massa de rendimentos do trabalho e a população em idade ativa [*pop*]. As taxas de ocupação e participação são definidas, respectivamente, pela proporção da população ocupada na PEA (População em Idade Ativa) e da proporção da PEA sobre a população. A média de horas de horas de trabalho [*hora*] é obtida pelo agregado das horas trabalhadas pelo número de ocupados e um último indicador é dado pela remuneração média por hora trabalhada, que em última instância pode ser empregada como uma *proxy* da produtividade média dos trabalhadores.

Seguindo essa relação, a presente análise busca uma relação intuitiva entre esses indicadores com o fenômeno estudado.

¹ KAKWANI, N.; NERI, M; SON, H. *Linkages between growth, poverty and the labour market*. Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2006. Mimeografado.

Na Tabela 5 são explorados os dados do ano de 2006, em que se pode verificar uma diferença muito brusca entre os rendimentos *per capita* provenientes principalmente da atividade do trabalho. O rendimento médio do trabalho do décimo superior da distribuição chega a ser quase 100 vezes maior do que o observado entre os 10% mais pobres. Essa informação reflete não apenas o elevado grau de desigualdade de renda, mas as desigualdades de acesso ao mercado de trabalho, desigualdades de oportunidades, principalmente de educação e qualificação, e as desigualdades de produtividades dos postos de trabalho na economia.

Tabela 5: Rendimentos Pessoais e Indicadores de Mercado de Trabalho por Décimos da População - CEARÁ, 2006.

Décimos	Rendimentos <i>per capita</i>				Indicadores de Mercado de Trabalho			
	Trabalho	Não-Trabalho			Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	remuneração/hora	Horas por Trabalhador (semanais)
		alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)				
1 (10% mais pobres)	12,86	0,85	0,48	12,72	82,37%	34,27%	2,51	18,16
2	49,25	2,46	2,91	17,18	94,61%	42,73%	4,51	27,02
3	78,96	2,81	11,14	17,40	91,66%	41,73%	6,81	30,32
4	109,92	2,48	18,08	17,73	90,73%	44,71%	8,26	32,79
5	139,99	2,14	29,57	16,97	91,84%	49,84%	8,93	34,24
6	162,29	2,55	58,15	18,31	91,48%	50,85%	9,79	35,63
7	207,17	3,42	81,63	18,33	93,61%	55,51%	11,01	36,21
8	277,87	4,46	114,57	16,43	96,07%	59,37%	13,13	37,11
9	370,38	8,97	176,83	14,64	97,07%	58,61%	17,21	37,82
10 (10% mais ricos)	1.242,97	36,43	368,42	11,55	95,29%	61,40%	51,25	41,46
Todas as Famílias	265,19	6,66	86,19	16,13	93,02%	49,90%	16,68	34,24

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Renda avaliada em reais de setembro de 2012, deflacionada pelo INPC.

(2) Renda proveniente de alugueis e doações de terceiros.

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões.

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

No que diz respeito aos indicadores de inserção no mercado de trabalho, na *taxa de ocupação* não foram observadas diferenças muito significativas entre os estratos de renda considerados, uma vez que a dinâmica econômica recente promoveu uma redução generalizada do desemprego. Mas na *taxa de participação*, que representa o percentual da população em idade ativa que está ocupada em alguma atividade ou está ativamente procurando ocupação ou emprego, foi possível verificar que esta aumenta significativamente conforme se avança para os níveis de renda mais elevados.

Considerando as informações para o ano de 2012, apresentadas na Tabela 6 a seguir, tem-se um crescimento real dos rendimentos do trabalho *per capita* em todos os décimos de renda com exceção da parcela representada pelos 10% mais pobres. Essa evolução dos rendimentos do trabalho também pode ser vista em termos do aumento da *remuneração/hora*, podendo ser interpretada também como uma *proxy* da produtividade média dos trabalhadores.

Tabela 6: Rendimentos Pessoais e Indicadores de Mercado de Trabalho por Décimos da População - CEARÁ, 2012.

Décimos	Rendimentos <i>per capita</i>				Indicadores de Mercado de Trabalho			
	Trabalho	Não-Trabalho			Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	remuneração/hora	Horas por Trabalhador (semanais)
		alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)				
1 (10% mais pobres)	12,41	0,66	1,26	32,75	82,65%	30,85%	3,57	13,65
2	63,35	2,05	5,78	43,68	92,36%	38,75%	7,33	24,15
3	122,43	2,35	17,43	35,69	92,10%	40,38%	10,92	30,14
4	154,04	2,48	40,06	34,33	90,90%	42,14%	11,89	33,83
5	186,48	2,12	71,06	33,75	92,94%	42,88%	13,63	34,34
6	251,49	2,59	81,23	29,77	94,94%	51,18%	14,11	36,68
7	296,71	3,92	129,51	29,80	96,00%	54,77%	15,53	36,34
8	300,51	3,26	256,31	36,77	97,29%	47,11%	17,93	36,56
9	573,47	8,82	188,16	19,02	97,14%	65,40%	23,62	38,22
10 (10% mais ricos)	1.670,78	49,61	511,57	13,05	98,09%	62,47%	67,07	40,65
Todas as Famílias	363,18	7,79	130,25	30,86	94,22%	47,59%	23,76	34,09

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Renda avaliada em reais de setembro de 2012, deflacionada pelo INPC.

(2) Renda proveniente de aluguéis e doações de terceiros.

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões.

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

Os rendimentos provenientes das aposentadorias e pensões e de outras fontes também mostram um crescimento muito forte no período e mais intenso nos oito primeiros décimos da distribuição. O rendimento *per capita* advindo de fontes previdenciárias teve um aumento de quase 164% entre os 10% mais pobres, enquanto que essa mesma medida advinda de outras fontes cresceu 157,5%, ambos em relação ao ano de 2006.

A *taxa de ocupação* aumentou em praticamente todos os estratos de renda refletindo o declínio do desemprego em períodos recentes, mas a *taxa de participação* mostrou um declínio entre os 80% da população que se encontra na base da distribuição da renda. No que tange à oferta de trabalho, também foi possível observar uma redução na média de *horas semanais* de trabalho, principalmente entre os 20% mais pobres.

A Tabela 7 descreve de forma direta as variações dos indicadores analisados entre 2006 e 2012. As informações por décimos da renda permitem um maior detalhamento das informações da Tabela 4, em que é possível verificar um aumento dos rendimentos por fonte, tanto do trabalho, quanto de outra natureza. Também se destacam as variações nos indicadores do mercado de trabalhos que permitiram observar a evolução da oferta de trabalho e da remuneração/hora.

Tabela 7: Variações dos Rendimentos Pessoais e de Indicadores de Mercado de Trabalho por Décimos da População - CEARÁ, 2006 a 2012.

Décimos	Rendimentos <i>per capita</i>				Indicadores de Mercado de Trabalho			
	Trabalho	Não-Trabalho			Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	remuneração/hora	Horas por Trabalhador (semanais)
		alu_doa (2)	apo_pen (3)	transfer (4)				
1 (10% mais pobres)	-3,56%	-22,97%	163,76%	157,48%	0,33%	-9,97%	42,13%	-24,88%
2	28,62%	-16,50%	98,33%	154,28%	-2,38%	-9,33%	62,55%	-10,60%
3	55,05%	-16,53%	56,42%	105,11%	0,47%	-3,24%	60,41%	-0,58%
4	40,14%	0,02%	121,54%	93,60%	0,19%	-5,74%	43,82%	3,19%
5	33,21%	-0,67%	140,30%	98,88%	1,19%	-13,97%	52,60%	0,28%
6	54,96%	1,55%	39,69%	62,58%	3,78%	0,64%	44,14%	2,93%
7	43,22%	14,75%	58,65%	62,55%	2,55%	-1,34%	41,05%	0,36%
8	8,14%	-26,91%	123,71%	123,83%	1,27%	-20,64%	36,57%	-1,48%
9	54,83%	-1,72%	6,41%	29,87%	0,07%	11,58%	37,23%	1,04%
10 (10% mais ricos)	34,42%	36,18%	38,86%	12,99%	2,93%	1,74%	30,89%	-1,93%
Todas as Famílias	36,95%	16,95%	51,12%	91,37%	1,30%	-4,63%	42,42%	-0,46%

Fonte: IPECE, a partir da PNAD/IBGE.

Notas: (1) Renda avaliada em reais de setembro de 2012, deflacionada pelo INPC.

(2) Renda proveniente de aluguéis e doações de terceiros.

(3) Renda proveniente de aposentadorias e pensões.

(4) Renda proveniente de programas sociais, aplicações e juros da caderneta de poupança.

4. Considerações Finais

Entre os anos de 2006 e 2012 foi possível observar uma grande mudança na composição dos rendimentos da população cearense, principalmente entre os estratos de renda mais pobres da população. Os dados mostram a persistência da desigualdade, mas também indicam que o crescimento real dos rendimentos e essas mudanças na composição da renda atuaram no sentido de reduzir a disparidade na distribuição da renda no Ceará.

O presente enfoque mostrou que entre as fontes de renda que não provem do trabalho, dos quais se destacam os rendimentos previdenciários e os rendimentos obtidos através das transferências do Programa Bolsa Família, representam a principal fonte de recursos para a parcela mais pobre da população. Os rendimentos creditados a estas fontes de renda foram os que apresentaram o maior crescimento em termos reais e que mais ganharam participação relativa como fonte de renda entre os cearenses.

Essa evolução indica um maior comprometimento das políticas de previdência e assistência social com o combate a pobreza e a redução da desigualdade de renda. Tem-se um maior acesso e cobertura entre os estratos de renda menos favorecidos e um aumento real destes rendimentos.

No que diz respeito à dinâmica do mercado de trabalho tem-se um aumento dos rendimentos do trabalho e da *remuneração/hora*. Foi possível verificar a redução do desemprego com o aumento da ocupação, mas também se averiguou uma redução generalizada na *taxa de participação* e no *número de horas de trabalho*. Essas mudanças com um forte aumento dos rendimentos previdenciários e de outras fontes como o Programa Bolsa Família podem refletir um conjunto complexo de aspectos que vão de características demográficas às prioridades políticas do período.

Os avanços educacionais apresentados no Ceará e o crescimento de alguns setores da economia no período justificam o crescimento real dos salários e da produtividade em termos de *remuneração/hora*. Potencialmente, esses ganhos já justificariam reduções na oferta de trabalho, uma vez que os indivíduos teriam incentivos para se dedicar a outras atividades, sejam elas relacionadas à educação ou qualificação, ou mesmo se dedicando à família e a produção doméstica. Esses incentivos podem ainda ser amplificados se rendimentos provenientes de outras fontes também estão presentes.

O aumento da renda, seja pela elevação da produtividade no trabalho, seja pelo aumento dos recursos advindos de outras fontes como os programas de combate à pobreza, alteram a estrutura de escolha dos indivíduos em relação à alocação de tempo e de outros recursos. Indivíduos que obtinham seus rendimentos sob condições muito precárias de trabalho podem ter um incentivo a não se submeter às mesmas situações e desta forma reduzir sua jornada laboral, já que o custo de oportunidade dessas atividades se elevou com a expansão dos benefícios sociais.

Dessa forma, as mudanças mais destacadas na parcela mais pobre da população refletem um conjunto de transformações que vão além do escopo deste estudo, tais como transformações na composição demografia dos domicílios, no acesso a bens e serviços públicos, como foi o avanço no acesso à educação, na forma como essa população se insere no mercado de trabalho, dentre outros.

Considerando todos esses fatores, análises adicionais e mais acuradas vão permitir atribuir de forma mais direta a contribuição de cada uma das fontes de rendimentos, bem como seus impactos sobre a incidência de pobreza, a distribuição de renda e a dinâmica da oferta de trabalho no Ceará. Relações estas que deverão ser objeto de novos estudos.